

Sumário

Lista de abreviaturas e siglas	19
1. Introdução.....	21
2. Noções preliminares: fatos, provas e suficiência probatória	25
3. Premissas epistemológicas concernentes ao juízo de fato.....	33
3.1. Fatos, enunciados fáticos e narrativas.....	33
3.2. Questão de fato e questão de direito: distinções e conexões	39
3.3. Prova e sua valoração racional.....	45
3.4. Inferências probatórias.....	60
3.5. <i>Standards</i> probatórios: conceito e finalidades	68
3.6. Decisão sobre os fatos (juízo de fato)	75
4. Estados mentais e vetores axiológicos da decisão judicial sobre os fatos	81
4.1. Certeza e dúvida.....	82
4.2. Verdade	90
4.2.1. Verdade provável e probabilidade	103
4.3. Justiça.....	116
4.4. Presunção de inocência.....	120
4.5. Racionalidade.....	138
5. <i>Standards</i> de prova no processo penal norte-americano.....	143

5.1. Noções sobre o sistema judicial dos estados unidos da américa.....	143
5.2. <i>Standards</i> de prova do modelo norte-americano.....	153
5.2.1. <i>Standard</i> da preponderância da prova (<i>preponderance of the evidence</i>).....	154
5.2.2. <i>Standard</i> da prova clara e convincente (<i>clear and convincing evidence</i>).....	156
5.2.3. <i>Standard</i> da prova para além da dúvida razoável (<i>proof beyond a reasonable doubt</i>)	157
5.2.3.1. Origem e evolução do instituto	161
5.2.3.2. <i>Beyond a reasonable doubt (bard)</i> : definição, controvérsias e críticas	170
5.2.3.3. A incorporação do bard por países da matriz romano-germânica, pelo tribunal penal internacional e pelas cortes internacionais de direitos humanos	187
5.2.4. <i>Probable cause</i> e <i>reasonable suspicion</i>	196
6. <i>Standards</i> probatórios no processo penal brasileiro	205
6.1. <i>Standards</i> de para os meios de investigação (meios de obtenção de prova ou medidas cautelares probatórias)	207
6.2. <i>Standards</i> prova para as medidas cautelares reais ou patrimoniais.....	217
6.3. <i>Standards</i> de prova para as medidas cautelares pessoais.....	221
6.4. <i>Standards</i> de prova para o juízo de admissibilidade da acusação.....	236
6.4.1. A justa causa e o nível de suficiência probatória para o recebimento da denúncia ou queixa	238
6.4.1.1. A justa causa e o grau de suficiência da prova para embasar acordos criminais	247
6.4.2. O grau de suficiência da prova para a pronúncia do réu	252
6.5. <i>Standards</i> de prova para o julgamento do mérito da causa penal	257
6.5.1. A presunção de inocência e o <i>in dubio pro reo</i> como balizas orientadoras do julgamento criminal	258

6.5.2. A aplicabilidade do <i>standard</i> probatório <i>beyond a reasonable doubt</i> (<i>bard</i>) ao processo penal brasileiro.....	265
6.5.2.1. O emprego do <i>bard</i> pelos tribunais superiores brasileiros.....	271
6.5.3. O entendimento adequado, o aprimoramento ou a substituição do <i>bard</i> à luz da concepção racionalista da prova	286
6.6. Proposta de sistematização dogmática dos <i>standards</i> probatórios no processo penal brasileiro.....	294
7. Conclusões	305
Referências	317